

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL: A NECESSIDADE DE UMA ADAPTAÇÃO NÃO-RACISTA

Estamos vivendo no Brasil desigualdades sociais e territoriais decorrentes dos impactos e efeitos do aquecimento do planeta em 1,1 °C. Precisamos urgentemente, portanto, de políticas públicas que contenham medidas efetivas de adaptação para responder aos efeitos dos eventos climáticos extremos sobre a vida das populações das cidades, da floresta e do campo. Os desastres ocorridos nos últimos três anos, com enchentes e deslizamentos, contudo, revelam que nem o poder público, nem as instituições privadas estão atuando na gestão das mudanças climáticas. Assim, devem ser responsabilizados adequadamente por sua omissão e ação ilegais.

O que aconteceu recentemente no litoral norte de São Paulo é mais um triste exemplo dos impactos da crise climática que se agrava dia após dia. De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres (Cemaden), as chuvas que caíram no final de semana de Carnaval - 18 e 19 de fevereiro últimos -, resultaram no acumulado de 682 mm de precipitação em Bertioga e 626 mm em São Sebastião, os maiores valores já registrados no país. Antes, o recorde histórico havia sido computado em Petrópolis, no Rio de Janeiro, quando a cidade foi castigada com uma chuva de 530 milímetros em 24 horas, na tragédia evitável que levou a óbito 241 pessoas em 2022.

A crise, no entanto, é sentida em todo o país. Recife, por exemplo, tem um histórico de tragédias evitáveis relacionadas aos altos índices pluviométricos, que se repetiram nos anos de 1975, 1986, 1990 e 2010 (com enchentes em 41 municípios da Zona da Mata Sul). Em 2022, no Brasil, mais de 500 pessoas morreram direta ou indiretamente em decorrência dos impactos dos grandes volumes de chuvas: alagamentos e deslizamentos de terras em encostas na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda assim, o poder público, até hoje, ainda não se adaptou para mitigar os efeitos das chuvas.

Ressalta-se que esses eventos climáticos, conforme dados trazidos no Sexto Relatório de Avaliação (AR6) de Impacto, Adaptação e Vulnerabilidades do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), são esperados e vêm sendo anunciados por cientistas. Não deveriam, portanto, nos pegar desprevenidos. Por que, então, o poder público age como se fossem uma surpresa?

Racismo ambiental

A emergência climática é global, mas os impactos são sentidos nos territórios e localidades, dentro de estruturas desiguais: raciais, de gênero, geracionais e sociais. Populações negras que vivem nas áreas periféricas, suburbanas, territórios tradicionais, baixadas, ressacas e favelas do país estão vivendo tragédias preveníveis e evitáveis por conta dos impactos dos grandes volumes de chuvas em pouco espaço e tempo em todas as regiões do país.

Em geral, é a população negra que vive nas zonas de sacrifício, entendidas como localidades em que o risco e a ameaça são constantes. E aqui é importante reforçar o óbvio: nenhuma pessoa vive em uma zona de sacrifício por tê-la escolhido como local ideal para

viver. A ocupação de áreas íngremes, por exemplo, não deveria ser (mas, infelizmente, é) sinônimo de desastre para os mais pobres. Em cidades como a capital paulista, há morros que foram ocupados pelas elites, mas nos quais a fragilidade das condições topográficas foi mitigada por investimentos públicos e privados em infraestrutura. A carência de infraestrutura urbana para a permanência segura de moradias é produto da lógica que transforma a necessidade humana básica de morar, que é um direito, em mercadoria, por meio da especulação imobiliária.

As áreas de risco estão mapeadas e cartografadas pelo poder público municipal, e é de seu conhecimento que nessas regiões vivem majoritariamente pessoas negras, mulheres, crianças e pobres, vulneráveis aos desastres. Essas situações de risco não surgem apenas por uma pretensa falta de planejamento, mas também como resultado da falta (ou inadequação) de uma política habitacional destinada à garantia do direito à habitação digna para a população negra e periférica.

Ou seja, a crise climática é também humanitária e tem impacto direto na vida das populações negras e quilombolas - e também na dos povos indígenas. No Brasil, 56% da população é negra (IBGE, 2020). Negar o racismo ambiental é negar a realidade da vida nas periferias das grandes cidades e o aumento da fome, que impacta principalmente as pessoas negras; é negar a constante violação dos direitos constitucionais das comunidades, territórios quilombolas, comunidades tradicionais e terras indígenas; é negar a própria orientação da colonização, na história de urbanização do país; é negar suas profundas desigualdades territoriais. É negar que o Estado brasileiro seja racista.

A inação do Estado e do setor privado são consequências diretas desse racismo estrutural. Conforme o [“Sumário - Estratégias para Planos Nacionais de Adaptação: um caso Brasil” apresentado pela Associação de Pesquisa Iyaleta](#), reconhecer e entender as desigualdades raciais e territoriais urbanas no contexto de cada região é fundamental para a formulação e a estruturação de políticas de combate, redução e/ou limitação dos impactos das mudanças climáticas, em atenção as diretrizes do Comitê de Adaptação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). As circunstâncias exigem que as medidas de adaptação garantam a segurança das populações negras em resposta aos impactos climáticos.

O que esperamos (e cobramos) do poder público e do setor privado: políticas climáticas e urbanas anti-racistas

Os governos federal, estaduais e municipais têm acompanhado de perto situações como a do litoral norte de São Paulo e de outras cidades afetadas pela crise climática, mas é necessário que as promessas e compromissos políticos convertam-se em ações imediatas, concretas, estruturais e antirracistas. Não é aceitável que haja mobilização somente nos momentos de tragédia, deixando de lado a obrigação legal de garantir uma abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, reparação, resposta e recuperação em desastres, com participação das populações mais afetadas, em especial a população negra periférica. As políticas de adaptação climática precisam priorizar as áreas que estão em risco, considerar conhecimentos e soluções gerados a partir do território e fatores de perdas e danos para os grupos afetados, bem como promover medidas antirracistas de resiliência e sustentabilidade nas cidades, no campo e nas florestas,

interconectadas com os demais direitos humanos, como o direito à saúde, à moradia e à educação.

Precisamos urgentemente de medidas de adaptação climática. No plano internacional, esforços na seara da UNFCCC patinam para propor medidas efetivas de adaptação para os países mais vulnerabilizados, como é o caso do Brasil. O Relator Especial da ONU Ian Fry, em [relatório para a promoção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas de 2022](#), indicou inclusive que é preciso avançar na operacionalização de sistemas jurídico-institucionais anti-racistas que respondam às perdas e danos decorrentes da crise e da falta de medidas adequadas de adaptação, a partir das demandas dos territórios.

Quanto às políticas públicas para as áreas de risco já mapeadas, é necessária a instalação de sistemas de alertas, tais como sirenes, e o desenvolvimento de planos de fuga em conjunto com as pessoas atingidas; o estabelecimento de centros de monitoramento e a instalação de novas estações meteorológicas para controle de possíveis episódios extremos; o desenvolvimento de planos de adaptação nas cidades, sob a lente da justiça climática antirracista e em alinhamento com plano diretor dos municípios, caso exista. Tudo isso deve ser feito a partir do estabelecimento de metas claras, da reserva de orçamento para essas medidas, da revisão anual dos planos com participação pública, assim como do treinamento das populações sobre riscos e atuação em momentos de crise.

Temos a responsabilidade de atualizar e tornar efetivo o Plano Nacional de Adaptação e de eliminar as desigualdades raciais, étnicas, de gênero, geracionais e sociais, assegurando o desenho e implementação de políticas nacionais, com ênfase na gestão ambiental e territorial, e fortalecendo a agricultura familiar e a titulação de terras quilombolas. Além disso, é preciso reforçar a importância da retomada dos mecanismos e espaços de participação, tais como os conselhos, em questões relacionadas ao meio ambiente.

É necessário também desenhar e implementar políticas de longo prazo de democratização do acesso à terra, além de políticas habitacionais, de urbanização e de regularização fundiária destinadas à população negra e periférica para que elas possam se adaptar às mudanças do clima. A elaboração e implementação dessas políticas devem se dar a partir de Planos Comunitários de urbanização e regularização fundiária, com foco na gestão das áreas de risco e adaptação às emergências climáticas dos territórios vulneráveis.

Atividades empresariais também podem contribuir significativamente para eventos climáticos extremos. As empresas, portanto, devem ser chamadas à ação climática e a cumprir as diretrizes de direitos humanos devidas. Caso cometam ilegalidades, devem ser investigadas e responsabilizadas judicialmente pelas perdas materiais e não-materiais que tenham causado. É urgente que o setor privado adote concretamente práticas responsáveis para com o meio ambiente e a sociedade.

Essas são algumas ações que devem ser tomadas para garantirmos a segurança de toda a população, em especial aquela das pessoas mais impactadas pelos eventos climáticos extremos. É preciso planejar a longo prazo, sem culpabilizar as chuvas. O grande volume de água não justifica enchentes e deslizamentos de encostas que levam pessoas à morte. Não existe “muita água para pouca cidade”, e sim ausência de medidas de prevenção e adaptação eficazes, além de falta de comprometimento do poder público e de diligência do

setor privado para com aqueles que vivem às margens das cidades e dos territórios. É preciso promover transformações urbanas que levem em consideração o seu impacto racial, de modo que a população negra não seja apenas impactada pelos efeitos devastadores da crise climática. Os governos e os setores privados precisam agir já!

Assinaturas:

Coalizão Negra Por Direitos

Associação de Pesquisa Iyaleta

ANEPE - Articulação Negra de Pernambuco

Geledès-Instituto da Mulher Negra

350.org Brasil

Instituto de Referência Negra Peregrum

ActionAid

Agência Ambiental Pick-upau

ARAYARA.org

Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi

Associação Mulheres da Paz

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

Associação de Jovens Engajamundo

Associação Mico-Leão-Dourado

AzMina

Bancada Feminista do PSOL

Casa Fluminense

Casa Galileia, Casa Comum e Evangélicos Pelo Clima

CAUS

Centro de Convivência É de Lei

Centro de Defesa dos Direitos Humanos

Centro Popular de Direitos Humanos - CPDH

Coalizão pela Socioeducação

COESUS Coalizão Não Fracking Brasil

COJOVEM

Coletivo Caiçara: São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba

Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste

CONAQ

Conectas Direitos Humanos

Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável - COJOVEM

CTI - Centro de Trabalho Indigenista

Centro Brasil no Clima

Cia Cambona de Dança Afrobrasileira

Entre Parques Br

Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Fundação SOS Mata Atlântica

Fundação Tide Setubal
Fundación Avina
Girl Up Brasil
Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 no Brasil
Greenpeace Brasil
Grupo de pesquisas Ética, Política e Crise Climática | EPCC - Convivialistas Brasil
Grupo MOL
Habitat para a Humanidade Brasil
Hivos - Instituto Humanista para Cooperação e Desenvolvimento
Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
INSEA
Instituto Água e Saneamento (IAS)
Instituto Alana
Instituto Alzirias
Instituto Ayika
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU
Instituto Clima de Eleição
Instituto Clima e Mobilidade
Instituto Climainfo
Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil)
Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Instituto Hori - Educação e Cultura
Instituto Marielle Franco
Instituto Paul Singer
Instituto Perifa Sustentável
Instituto Piracicabano de Estudos e Defesa da Democracia
Instituto Pólis
Instituto Terramar
Instituto Update
Instituto Vladimir Herzog
Instituto 215
Instituto Centro de Vida
Instituto de Estudos da Religião - ISER
Instituto Ibirapitanga
Instituto Internacional de Educação do Brasil
Kurytiba Metropole
Lab da Cidade
LabHacker - Laboratório Brasileiro de Cultura Digital
Me Representa
Movimento Contra as Agressões à Natureza - MoCAN
Negritar
Observatório do Clima
Observatório do Marajó
Observatório Político e Eleitoral - OPEL

OCM Observatório do Carvão Mineral
OPG Observatório do Petróleo e Gás
Oxfam Brasil
Pacto Organizações Regenerativas
Plataforma CIPÓ
Projeto Saúde e Alegria
Purpose
Red Mulher e Habitat da América Latina e Caribe
Rede Brasileira de Conselhos -RBdC
Rede Conhecimento Social
Rede de Cooperação Amazônica RCA
Rede GTA
Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares - RENAP
Seja Democracia | Instituto Maria e João Aleixo
Somos Todos Muribeca - STM
SOS AMAZONIA
Talanoa
TETO Brasil
The Climate Reality Project Brasil
Transparência Brasil
Uma Gota No Oceano
Uneafro Brasil
Utopia Negra Amapaense
Universidade Federal do Oeste da Bahia
Visão Coop
Washington Brazil Office
WWF-Brasil
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
REEDUCARE - Sustentabilidade e Educação Ambiental
Núcleo Direito, Discriminação e Diversidade (DDD/USP)
JNP
Casa Sueli Carneiro
Climate Reality Project Brasil
Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
Instituto de Defesa do Direito de Defesa
União de Mulheres de SP
Instituto Alziras
Ashoka
Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo
União de Mulheres de SP
REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano
Cidade Escola Aprendiz
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN
Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP
Instituto SER
Transparência Internacional - Brasil

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS
Instituto de Direitos Humanos, Econômicos e Sociais - IDhES
Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC-UERJ)
Pedal na Quebrada
Open Knowledge Brasil
Bloco do beco
Somos Um
Ação Educativa
CRIOLA
Movimento Mulheres Negras Decidem